

DAS ELITES E DA ÉTICA: A QUEM INTERESSA OS ESTUDOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL? REFLEXÕES A PARTIR DA ETNOGRAFIA DO PATRIMÔNIO EM RUANDA.

OF ELITES AND ETHICS: WHO INTERESTS CULTURAL HERITAGE STUDIES? REFLECTIONS FROM THE ETHNOGRAPHY OF HERITAGE IN RWANDA.

Annalisa Bolin¹
agbolin@gmail.com

Tiago Silva Alves Muniz²
tiago.samuniz@gmail.com

RESUMO

Trabalhos recentes no campo do patrimônio, especialmente aqueles relacionados à ética do conhecimento, promoveram um foco no que é chamado de grupos “comuns”, “locais”, “populares” e “comunitários”. Embora seja um corretivo necessário para histórias de pesquisas extrativistas, de cima para baixo, esse foco produziu um relativo desinteresse (ou até mesmo aversão) em examinar as elites do patrimônio e suas burocracias, como às relacionadas ao Estado. Desse modo, esse ensaio utiliza uma etnográfica do patrimônio do Estado em Ruanda, para criticar a linguagem e as prioridades éticas dos estudos patrimoniais em relação aos diferentes grupos sociais. Aqui o argumento segue pela importância, ambos na ética e na prática, que o mesmo nível de atenção seja dado à todas as partes interessadas tidas como “comuns” e aos atores de elite.

Palavras-chave: Comunidades locais; Etnografia histórica; Estudos de patrimônio; Patrimônio sensível; Arqueologia africana.

ABSTRACT

Recent work in heritage studies, especially that which is concerned with the ethics of scholarship, has promoted a focus on what is variously termed “ordinary”, “local”, “grassroots”, and “community” groups. While a necessary corrective to histories of extractive, top-down research, this focus has produced a relative disinterest in (or even distaste for) examining heritage elites in bureaucracies such as the state. This essay uses a heritage ethnography of the Rwandan state, to critique the language and ethical priorities of heritage

¹ Pós-doutoranda na Unesco Chair em Heritage Futures, Linnaeus University, Kalmar, Suécia.

² Doutorando em Antropologia (Arqueologia) pela Universidade Federal do Pará.



studies in relation to social groups. Here the argument follows the importance, both ethically and practically, of according to elite actors the same level of attention now given to “ordinary” stakeholders.

Keywords: Local communities; Historical ethnography; Heritage studies; Sensitive heritage; African archaeology.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é baseado na resposta de Bolin (2020a) a King (2019) ao refletir sobre o papel dos estudos de patrimônio para a sociedade a partir de referências de etnografia do patrimônio, etnografia histórica e pesquisa documental realizados no âmbito de propriedade cultural (KING, 2019; BOLIN, 2020a). A partir de tais fontes foi possível observar um relativo desinteresse pelos estudos de patrimônio no papel do estado - especialmente na África (KING, 2019). De tal modo, a importante reflexão sobre algumas das questões abrangentes dessa situação, bem como a forma como os estudos de patrimônio abordam a questão do estado, das elites e dos locais serão aqui abordados.

Por várias razões relacionadas às conexões que feitas em trabalhos de campo anteriores³, habilidades e restrições de linguagem, acesso plausível e o forte controle que o governo de Ruanda exerce sobre o setor de patrimônio, maior parte do tempo da pesquisa foi realizada em Kigali, Capital de Ruanda e lar de suas duas principais instituições de patrimônio do Estado (Figuras 1 e 2). Nos anos seguintes, a pesquisa se desdobrou sobre os esforços patrimoniais do estado de Ruanda no contexto da construção de uma sociedade pós-conflito (Figura 3), tentando separar não apenas suas políticas, mas o trabalho que o setor de patrimônio pretendia realizar no mundo, as dinâmicas socioculturais e políticas que os afetaram e os processos de construção do patrimônio pelas elites - uma seção limitada da sociedade ruandesa, possuindo um *background* particular e envolvido em necessidades particulares. Ou, como King (2019) argumenta, o estado consiste não em um poder unido e sem rosto, mas em "feixes de práticas": bem como as outras entidades que a etnografia patrimonial prefere analisar, o estado é composto, em última análise, de vários, e às

³ Para mais informações sobre o contexto de pesquisa em Ruanda (BOLIN, 2019a, 2019b, 2019c, 2020b).

vezes controversos, membros da comunidade em um relacionamento mutuamente constitutivo com o patrimônio (KING, 2019, p. 394).

Em muitos casos, os interlocutores da pesquisa não eram simples agentes de política e desenvolvimento, mas, pessoas com um profundo compromisso com o trabalho do patrimônio e justamente porque isso significava muito para eles. O patrimônio era muito importante em Ruanda. Isso importava para o Estado em geral - o patrimônio é um componente essencial dos esforços de alto risco do Estado para construir uma sociedade unida e à prova de genocídio (BOLIN, 2019b) - e para aqueles que produziram o Estado através de seu trabalho, muitos dos quais tinham passado instável e traumático como refugiados e/ou sobreviventes de genocídio. Eles procuraram e, algumas vezes, encontraram pertencimento e significado no processo de construção do patrimônio almejando para o que for uma nação pacífica. Não consegui conciliar *tal* orientação com a forma como os estudos de patrimônio representavam o Estado e negligenciavam aqueles que o constituíam coletivamente.



Figure 1: Memorial do Genocídio de Nyamata: sítio administrado pelo governo de Ruanda onde a autora conduziu pesquisa de observação-participante com funcionários do Estado e trabalhadores estrangeiros da área de preservação. Foto: Annalisa Bolin.



Figure 2: Museu Etnográfico: principal sítio do Instituto de Museus Nacionais de Ruanda, onde a autora conduziu pesquisa etnográfica. Foto: Dave Proffer, sob uma licença Creative Commons.



Figura 3: Memorial do genocídio, Kigali, Ruanda. Foto: Andy / Flickr, sob uma licença Creative Commons.

Isso não quer dizer que a produção patrimonial de Ruanda nunca tenha os efeitos identificados em tantos estudos patrimoniais: perturbando comunidades e seus modos de vida, deslocando e expulsando moradores ao privilegiar o desenvolvimento acima da cultura, sacrificando significados por dinheiro e política. Dessa forma, maiores esforços de pesquisa com ênfase dos estudos de patrimônio nas bases, na “não-elite” e no comum podem contribuir no futuro para a compreensão dessa trama de significados. Caso contrário, ao infligir involuntariamente à elite do Estado o mesmo fracasso de curiosidade e respeito acaba por combater a própria ênfase renovada no local. E isso é um acréscimo à visão romantizada que, estudiosos do patrimônio, tem do próprio “local” - uma categoria dificilmente sem problemas.

DO “LOCAL”, “COMUM” À “NÃO-ELITE”

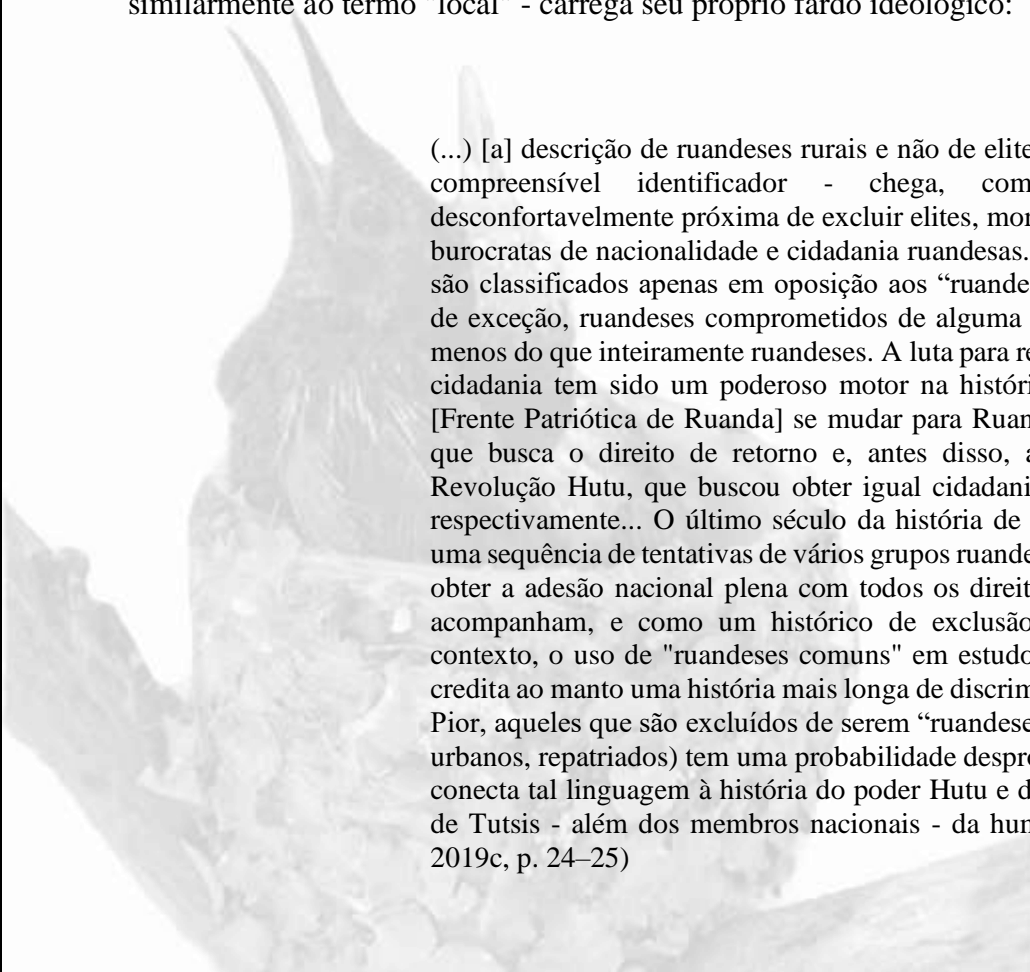
Observando criticamente a categoria de pessoas "comuns", as que conceituamos como vivendo "localmente" (e como de fato a categoria "local" passou a excluir "elite", dado que esta é uma descrição geográfico e não de classe?), mostra-se ser difícil não apenas nos estudos de patrimônio, mas também especificamente em Ruanda. Essa sugestão, da minha parte, vai de encontro a muitos estudos sobre Ruanda e, especialmente, aqueles de base etnográfica com forte ênfase no rural ou no campesinato, e frequentemente usa "ruandeses comuns" como uma categoria de investigação⁴. Essa tendência foi bem descrita por MacArthur e MacAulay (2017) revisando quatro livros sobre Ruanda que, em meados de 2010, argumentam: “os autores dão ênfase ao definir ‘ruandesidade’ atribuindo agência e incorporando seus estudos em experiência local 'autêntica' com o potencial de romantizar e exagerar a distância entre o estado e seu povo” (MACARTHUR & MACAULAY, 2017, p. 229).

Essa tendência nos estudos reafirmou que os “ruandeses comuns”, frequentemente destacados em contravenção deliberada a uma suposta dominação do Estado nos estudos de políticas que afetam as etnografias de ruandeses comuns, tal como costumam examinar” (BOLIN, 2019c, p. 24). Talvez isso seja surpreendente, dada a intensa importância e o poder altamente centralizado do Estado na vida de Ruanda, e porque muitas pesquisas sobre as não-elites de Ruanda realmente se envolvem com o Estado, mas como o ponto em torno do qual a vida cotidiana orbita, reagindo, interagindo, resistindo. Apesar disso, o estado de Ruanda ficou obscurecido, composto por muitas análises de “um grupo inescrutável de elites instruídas [que geralmente falam inglês, moram em áreas urbanas e/ou são repatriados] cuja única manifestação visível é... como eles interagem ou impõem políticas sobre as massas” (BOLIN, 2019b, p. 24).

⁴ Para exemplos vide (NEWBURY & NEWBURY, 2000; JEFREMOVAS, 2002; DE LAME, 2005; THOMSON, 2013; CLARK, 2014; INGELAERE, 2014; ANSOMS & CIOFFO, 2016; DESROSIERS, 2020). Pelo menos duas dessas peças são estruturadas deliberadamente como "trazendo os camponeses de volta" para a análise após sua exclusão, não muito diferente da mudança da arqueologia em direção às práticas orientadas para a comunidade, como um pêndulo que se afasta das orientações acadêmicas anteriores. Dito isto, vários estudos não-etnográficos examinaram o Estado de Ruanda e a Frente Patriótica de Ruanda que o dirige (POTTIER, 2002; REYNTJENS, 2013; JOWELL, 2014; MANN & BERRY, 2015). A investigação de sobre a personalidade entre a elite de Butare é uma exceção importante ao foco da etnografia no campesinato rural, mas ainda mais importante por ser solitário (ERAMIAN, 2018).

Portanto, os estudos de Ruanda, mesmo fora dos estudos de patrimônio no país, tendem a criar uma "lacuna... deixando as culturas das burocracias de patrimônio" (KING, 2019, p. 394) - ou, na verdade, a maioria das burocracias de Ruanda - "sub-teorizada e sub-estudada" (KING, 2019, p. 394).

Mas um pouco mais do que isso: em Ruanda, o termo "comum" - mais intensamente, porém similarmente ao termo "local" - carrega seu próprio fardo ideológico:



(...) [a] descrição de ruandeses rurais e não de elite como "ordinários" - embora compreensível identificador - chega, como uma virada retórica, desconfortavelmente próxima de excluir elites, moradores urbanos, repatriados e burocratas de nacionalidade e cidadania ruandesas. Afinal, os ruandeses comuns são classificados apenas em oposição aos "ruandeses não-comuns": Ruandeses de exceção, ruandeses comprometidos de alguma forma, ruandeses talvez algo menos do que inteiramente ruandeses. A luta para reivindicar todos os direitos da cidadania tem sido um poderoso motor na história de Ruanda, estimulando a [Frente Patriótica de Ruanda] se mudar para Ruanda como uma força invasora que busca o direito de retorno e, antes disso, as lutas de independência e Revolução Hutu, que buscou obter igual cidadania dos belgas e da elite tutsi, respectivamente... O último século da história de Ruanda pode ser visto como uma sequência de tentativas de vários grupos ruandeses em vários momentos para obter a adesão nacional plena com todos os direitos e responsabilidades que a acompanham, e como um histórico de exclusão da cidadania plena. Nesse contexto, o uso de "ruandeses comuns" em estudos [decerto] inadvertidamente credita ao manto uma história mais longa de discriminação que levou à violência. Pior, aqueles que são excluídos de serem "ruandeses comuns" (elites, moradores urbanos, repatriados) tem uma probabilidade desproporcional de ser Tutsi, o que conecta tal linguagem à história do poder Hutu e discurso genocida de exclusão de Tutsis - além dos membros nacionais - da humanidade completa. (BOLIN, 2019c, p. 24-25)

"Comum" é, portanto, um termo que evitamos ao escrever sobre Ruanda, ao mesmo tempo em que direcionamos a atenção para as pessoas e os "conjuntos de práticas" que compõem o setor de patrimônio do Estado. Chegar a essa decisão foi um produto de considerar a história de Ruanda em si, mas também foi uma resposta às maneiras pelas quais o descritor "comum" trabalha com estudos em Ruanda, dando um grande alívio às pressões exercidas sobre esse termo por estudos de patrimônio com alinhamento ético recente. O caso de Ruanda é particularmente acentuado, mas

também oferece uma oportunidade para pensar sobre o que uma ênfase ética no "comum" faz nos estudos de patrimônio aqui e em outros lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que queremos dizer quando definimos algumas pessoas como "comuns" ou "locais"? Ao fazer isso, geralmente esperamos combater os desequilíbrios de poder que são inclinados para a elite. Mas esses compromissos podem nos levar a achatar e ignorar as complexidades dessas comunidades - e a burocracia do governo que constitui uma comunidade, ou muitas comunidades - que não se enquadram em nossas categorias não interrogadas. De fato, o termo "comunidade" é utilizado como sinônimo de "local", "comum" ou "popular", quando um momento de reflexão revela que isso é uma simplificação grosseira. Para os estudiosos que se orgulham do elemento "crítico" dos estudos de patrimônio, essa inexatidão deve ser um alvo tentador para a desconstrução, especialmente porque pode nos levar a criticar nossas próprias posições reflexivas.

O que sobra então para estudos de patrimônio? Evidentemente, há pelo menos algum apetite por estudar o funcionamento interno das burocracias da herança de elite (BENDIX *et al.* 2012; MESKELL, 2014, 2015, 2018; GEISMAR, 2015; HØLLELAND & NIKLASSON, 2020), e sobre regimes patrimoniais, bem como estudos de caso no Lesoto (KING, 2019). Mas a existência em estudos sobre essas burocracias do patrimônio não significa que esses estudos sejam facilmente integrados às nossas estruturas éticas existentes, o que enfatiza fortemente a necessidade de se concentrar no local e nas não-elites. King (2019, p. 391–94) observa ainda que os estados da África subsaariana estão em uma posição especialmente particular em relação à gestão do patrimônio, dadas as suas histórias diversas, mas amplamente compartilhadas, de colonialismo e intervenção neoliberal do desenvolvimento, que contribuíram para a conceituação de tais Estados como "não-comunidades" não são particularmente relevantes para as etnografias do patrimônio. Novamente, essa exclusão do estado da categoria de "comunidade" (e, portanto, daqueles que são dignos de pesquisa) ficou clara durante trabalho de campo em Ruanda ao buscar ângulos de nuances e reconciliar essas dinâmicas desde sempre.

Voltando aos imperativos deste ensaio, é necessário se pretendermos realizar pesquisas úteis e inclusivas sobre o patrimônio, devemos levar as elites a sério, “tratando funcionários contratados, funcionários públicos e especialistas com a mesma quantidade de atenção empírica e sensibilidade analítica que outras comunidades” (HØLLELAND & NIKLASSON, 2020, p. 3); repensar as categorias de "comunidade", "local" e "comum"; e garantir que a etnografia do patrimônio não exclua grandes quantidades de pessoas envolvidas na prática do patrimônio ao rejeitar o estudo do próprio estado.

REFERÊNCIAS

Ansoms, An; Giuseppe D. Cioffo. 2016. The Exemplary Citizen on the Exemplary Hill: The Production of Political Subjects in Contemporary Rwanda. **Development and Change** 47 (6), pp. 1247–68.

Bendix, Regina; Eggert, Aditya; Peselmann, Arnika. 2012. **Heritage Regimes and the State**. Universitätsverlag Göttingen.

Bolin, Annalisa. 2019a. Dignity in death and life: Negotiating agaciro for the nation in preservation practice at Nyamata Genocide Memorial, Rwanda. **Anthropological Quarterly**. 92(2), pp. 345-74.

_____. 2019b. Practicing Heritage Means Life or Death in Rwanda. **Anthropology News**. Disponível em: <http://www.anthropology-news.org/index.php/2019/05/30/practicing-heritage-means-life-or-death-in-rwanda/>

_____. 2019c. **A Country without Culture Is Destroyed: Making Rwanda and Rwandans through Heritage**. PhD dissertation, Stanford, CA: Stanford University.

_____. 2020a. **Of elites and ethics**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dFWA4WuU3dG-JHDLmIpffRNqE6LZCxs/view>

_____. 2020b. Imagining genocide heritage: Material modes of development and preservation in Rwanda. **Journal of Material Culture**. Jun;25(2), pp.196-219.

Clark, Phil. 2014. Bringing the Peasants Back in, Again: State Power and Local Agency in Rwanda's Gacaca Courts. **Journal of Eastern African Studies** 8 (2), pp. 193–213.

de Lame, Danielle. 2005. **A Hill among a Thousand: Transformations and Ruptures in Rural Rwanda**. Madison, WI: The University of Wisconsin Press.

Desrosiers, Marie-Eve. 2020. 'Making Do' with Soft Authoritarianism in Pre-Genocide Rwanda. **Comparative Politics**, 52(4), pp.557-579.

Eramian, Laura. 2018. **Peaceful Selves: Personhood, Nationhood, and the Post-Conflict Moment in Rwanda**. New York: Berghahn.

Geismar, Haidy. 2015. Anthropology and Heritage Regimes. **Annual Review of Anthropology** 44, pp. 71–85.

Hølleland, Herdis; Niklasson, Elisabeth. 2020. How (Not) to 'Study up': Points and Pitfalls When Studying International Heritage Regimes. **Journal of Field Archaeology**. 45(3), pp.140-152.

Ingelaere, Bert. 2014. What's on a Peasant's Mind? Experiencing RPF State Reach and Overreach in Post-Genocide Rwanda (2000–10). **Journal of Eastern African Studies** 8 (2), pp. 214–30.

Jefremovas, Villia. 2002. **Brickyards to Graveyards: From Production to Genocide in Rwanda**. Albany: State University of New York Press.

Jowell, Marco. 2014. Cohesion through Socialization: Liberation, Tradition and Modernity in the Forging of the Rwanda Defence Force (RDF). **Journal of Eastern African Studies** 8 (2), pp. 278–93.

King, Rachel. 2019. How Do African States Think about Cultural Property? Re-Visiting Management Elites in Southern Africa. **International Journal of Cultural Property** 26, pp. 387–411.

MacArthur, Julie; MacAulay, Alison. 2017. Framing 'Rwandanness': Studying Rwanda in the Twenty-First Century. **African Studies Review** 60 (3), pp. 221–29.

Mann, Laura, Berry, Marie. 2015. Understanding the Political Motivations That Shape Rwanda's Emergent Developmental State. **New Political Economy** 21 (1), pp. 119–44.

Meskeel, Lynn. 2014. States of Conservation: Protection, Politics, and Pacting within UNESCO's World Heritage Committee. **Anthropological Quarterly** 87 (1), pp. 217–43.

Meskeel, Lynn. 2015. Gridlock: UNESCO, Global Conflict and Failed Ambitions. **World Archaeology** 47 (2), pp. 225–38.

Meskeel, Lynn. 2018. **A Future in Ruins: UNESCO, World Heritage, and the Dream of Peace**. Oxford and New York: Oxford University Press.

Newbury, David; Newbury, Catharine. 2000. Bringing the Peasants Back in: Agrarian Themes in the Construction and Corrosion of Statist Historiography in Rwanda. **The American Historical Review** 105 (3), pp. 832-877.

Pottier, Johan. 2002. **Re-Imagining Rwanda: Conflict, Survival and Disinformation in the Late Twentieth Century**. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Reyntjens, Filip. 2013. **Political Governance in Post-Genocide Rwanda**. New York: Cambridge University Press.

Thomson, Susan. 2013. **Whispering Truth to Power: Everyday Resistance to Reconciliation in Postgenocide Rwanda**. Madison, WI: The University of Wisconsin Press.